ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2017-2021

Ata n.º 17/2019
Sessão Extraordinária de 13 de Dezembro de 2019

Aos treze dias do mês de Dezembro do ano de dois mil e dezanove, pelas vinte e uma horas e cinco minutos, no Auditório do Convento Espírito Santo (antigo INUAF) - Cerca do Convento, na Praça da República, em Loulé, deu-se início à Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de Loulé, convocada ao abrigo do artigo trigésimo oitavo do Regimento, presidida pelo senhor Presidente da Assembleia, Adriano Lopes Gomes Pimpão, com a seguinte Lista de Presenças e Ordem de Trabalhos:----------

----------**Lista de Presenças**:----------

23 Deputados Municipais do PS- Adriano Lopes Gomes Pimpão (Presidente da Assembleia), Joaquim Manuel dos Santos Vairinhos, Maria Helena Serafim Guerreiro Brito Baptista, Carlos Manuel Pontes Costa, Rosana Corga Fernandes Durão (1ª secretária), Maria Esteves Ferreira Lourenço, Hugo Miguel Guerreiro Nunes, Abel Filipe dos Santos Matinhos, Sónia Alexandra Martins dos Santos Neves, Fernando Pereira Marques, Hermes Luis de Brito Alberto, Fábio Miguel Cortes Nobre, Dora Maria Portela do Olival, José João Magalhães David, Maria da Conceição Leite Esteves Duarte (em substituição de Joana Guerreiro da Conceição), Márcio Alexandre Bandeira Fernandes (em substituição de João Luis Calçada Correia), Marco Jorge de Freitas Matos Ferreira (em substituição de Vitor Cristiano da Piedade Ferreira), José Guerreiro Romão (em substituição do Presidente da Junta de Freguesia de Almancil), António Francisco Ferreira Martins (Presidente da Junta de Freguesia de Alte), Bruno Silva Palma (em substituição do Presidente da Junta de Freguesia do Ameixial), Célia Fernanda Sezinando Cavaco Simão (em substituição do Presidente da Junta de Freguesia de Boliqueime), Telmo Manuel Machado Pinto (Presidente da Junta de Freguesia de Quarteira), Luis Manuel Amélio Pinguinha (em substituição do Presidente da Junta de Freguesia de S. Clemente);----------

9 Deputados Municipais do PSD- Sebastião Francisco Seruca Emídio, Mário Baião Botelho da Silva, Maria José Botelho da Palma Bento Vasques (2ª secretária), Ricardo Manuel Casanova Lampreia, Duarte José de Sousa Duarte, Ana Francisca Vaz Pinto Palma de Sousa (em substituição de João Manuel Guerreiro da Conceição), Cláudio Filipe Simão de Lima (em substituição de

Bárbara Maria do Amaral Correia), Deodato Martins João (Presidente da Junta de Freguesia de Salir) e Maria Margarida Renda Correia (Presidente da União das Freguesias de Querença/Tôr/ Benafim);----------

---

1 Deputado Independente- Fernando Domingos dos Santos;----------

---

1 Deputado Municipal do CDS- António José Mendes Pinto Farrajota;----------

---

1 Deputado Municipal do BE- Rogério Rochinha Jesus Ferreira (em substituição de Carlos José da Silva Martins);----------

---

Também estiveram **os Vereadores**, Pedro Pimpão, Heloísa Madeira, Abílio Sousa, Ana Machado, Carlos Carmo, Marilyn Zacarias, José Graça e Horácio Piedade.----

---

Não esteve presente o Presidente da Câmara, Vítor Aleixo.----------

---

Apresentaram pedido de suspensão de mandato:----------

Os **Deputados Municipais do PS**, João Luis Calçada Correia, tendo o mesmo sido substituído respetivamente por Márcio Alexandre Bandeira Fernandes, Vitor Cristiano da Piedade Ferreira, tendo o mesmo sido substituído respetivamente por Marco Jorge de Freitas Matos Ferreira, Joana Guerreiro da Conceição, tendo a mesma sido substituída respetivamente por Maria da Conceição Leite Esteves Duarte.----------

O Deputado Joaquim João Pinheiro Pinto (Presidente da Junta de Freguesia de Almancil), comunicou impedimento em estar presente designando como seu substituto legal, ao abrigo do art.º 30.º, n.º3 do Regimento da Assembleia Municipal de Loulé, José Guerreiro Romão.----------

O Deputado José Fernando Florinda Carrusca (Presidente da Junta de Freguesia do Ameixial), comunicou impedimento em estar presente designando como seu substituto legal, ao abrigo do art.º 30.º, n.º3 do Regimento da Assembleia Municipal de Loulé, Bruno Silva Palma.----------

O Deputado Nelson Joaquim Caetano Brazão (Presidente da Junta de Freguesia de Boliqueime), comunicou impedimento em estar presente designando como seu substituto legal, ao abrigo do art.º 30.º, n.º3 do Regimento da Assembleia Municipal de Loulé, Célia Fernanda Sezinando Cavaco Simão.----------

O Deputado Carlos Filipe Gabriel de Sousa (Presidente da Junta de Freguesia de S.Clemente), comunicou impedimento em estar presente designando como seu substituto legal, ao abrigo do art.º 30.º, n.º3 do Regimento da Assembleia

Municipal de Loulé, Luis Manuel Amélio Pinguinha.----------

Os **Deputados Municipais do PSD**, João Manuel Guerreiro da Conceição, tendo o mesmo sido substituído respetivamente por Ana Francisca Vaz Pinto Palma de Sousa e Bárbara Maria do Amaral Correia, tendo a mesma sido substituída respetivamente por Cláudio Filipe Simão de Lima.----------

O **Deputado Municipal do BE**, Carlos José da Silva Martins, tendo o mesmo sido substituído respetivamente por Rogério Rochinha Jesus Ferreira.----------

Apresentou justificação de falta, o Presidente da Junta de Freguesia de S.Sebastião (Manuel Francisco Gonçalves Guerreiro).----------

Tendo sido verificada pela Mesa da Assembleia a existência de quórum deliberativo, o senhor **Presidente da Assembleia Municipal**, deu início à Sessão, com a seguinte Ordem de Trabalhos:----------

----------**Ordem de Trabalhos**----------

1-Intervenção do Público;----------
2-Aprovação de Atas;----------
3-Informação sobre Expediente e Requerimentos;----------
4-Período de Antes da Ordem do Dia;----------
5-Moções;----------
6-Período da Ordem do Dia;----------

a)- Proposta 51/2019- Deliberação relativa à **Composição do Júri do Procedimento Concursal de Recrutamento para o cargo de Chefe de Gabinete de Eficiência Hídrica**, nos termos do disposto no artigo 13.º da Lei n.º 49/2012, de 29 de Agosto; **[Proposta da Câmara Municipal n.º 1500-2019]**;----------

b)- Proposta 52/2019- Deliberação relativa à **Participação da Câmara Municipal de Loulé na Constituição da Associação Limpeza Urbana**; **[Proposta da Câmara Municipal n.º 1558-2019]**;----------

c)- Proposta 53/2019- Deliberação relativa à **Proposta de Estabelecimento de Medidas Preventivas no âmbito do Processo de Revisão do Plano Diretor Municipal de Loulé (PDM)**, nos termos do n.º 1 do artigo 137.º do RJIGT;

[**Proposta da Câmara Municipal n.º 1705**-2019];----------

---

d)- Proposta 54/2019- Deliberação relativa à **Área de Reabilitação Urbana do Centro Histórico de Quarteira - Programa Estratégico de Reabilitação - Abertura de Período de Discussão Pública**, de acordo com o n.º 4 do artigo 17.º do Regime Jurídico de Reabilitação Urbana; [**Proposta da Câmara Municipal n.º 1713**-2019];----------

---

e)- Apreciação da Informação relativa à **Unidade de Execução Eixo a Norte/Nascente de Loulé e Urbanização Adjacente - Aprovação do Relatório de Análise e Ponderação das Participações recebidas no período de Discussão Pública - Aprovação da Proposta Revista da Unidade de Execução Eixo a Norte/Nascente de Loulé e Urbanização Adjacente**; [**Proposta da Câmara Municipal n.º 1728**-2019].----------

---

Foram iniciados os trabalhos;----------

O senhor **Presidente da Assembleia Municipal**, esclareceu os presentes, que esta sessão se realizava nestas instalações, para promover uma maior acessibilidade física à sala. Neste momento a sala de reuniões da Assembleia Municipal no Edifício Eng.º Duarte Pacheco, não dispõe ainda de condições, para uma completa acessibilidade de todos aqueles que queiram assistir, com mobilidade reduzida, infelizmente não têm condições para ter acesso à sala.------
Houve legislação publicada em 2006, com efeitos a partir de 2007, em 10 anos, os edifícios públicos deveriam ter feito a sua transformação, para ter o acesso a todos.----------
Informou, que por parte do Senhor Presidente da Câmara Municipal, têm sido feitos esforços, para nomeadamente poder ser adquirida uma fração no rés-do chão daquele edifício, para poder ter um elevador de acesso e assim podermos estar todos em igualdade de oportunidades para ter acesso à sala.----------
Disse ainda que futuramente uma parte destas reuniões será feita fora da sede, nomeadamente nas freguesias, serão aproveitados os edifícios que tenham condições de acessibilidade para serem feitas lá algumas das sessões e assim resolvemos a questão de criar mais condições de acessibilidade aos cidadãos.-----
Mais disse que o senhor Presidente da Câmara, não poderá estar presente nesta sessão, por razões de serviço oficial de representação da Câmara numa reunião em Lisboa, sendo assim substituído pelo senhor Vice-Presidente.----------

---

De seguida foram iniciados os Trabalhos:----------

1-Período de Intervenção do Público;----------

Foi cedida a palavra ao **cidadão João Monteiro**, que se congratulou pelo facto da sessão da Assembleia Municipal, se realizar neste edifício, e poder assistir hoje, pessoalmente pela primeira vez a uma sessão da Assembleia Municipal, por esta se ter realizado aqui neste edifício com acessibilidade a pessoas com deficiência, mas referiu que já assistiu também online às sessões. Disse ainda que o elevador que existe no edifício, foi instalado aquando da sua frequência durante 5 anos na universidade INUAF, precisamente para poder frequentar a mesma, situação que foi uma grande luta, tendo que durante 2 anos frequentar as aulas sem elevador, e que graças à intervenção do senhor Presidente da Câmara Municipal, poder esta seu anseio ser concretizada e também pelo esforço coletivo de todos----------

---

Usou também da palavra o **cidadão Eduardo Ferreira**, que se congratulou igualmente por poder assistir a esta sessão da Assembleia Municipal, acessível a todos, referindo que Loulé tem implementado algumas medidas no campo da acessibilidade, mas que ainda há um longo caminho a percorrer nessa matéria.----
Questionou o Executivo, para quando a acessibilidade a pessoas com mobilidade reduzida no Edifício da Repartição de Finanças de Loulé.----------

---

Foi igualmente cedida a palavra ao **cidadão José Neves**, que referiu estar aqui hoje numa posição diferente, nomeadamente para expressar publicamente o seu agradecimento a todas as mensagens de apreço e de apoio face a uma situação que vive na sua vida pessoal, em termos habitacionais. Em relação à questão da demolição do Canil ilegal, referiu ter 7 animais de estimação, todos eles resgatados da rua, manifestando assim que é solidário com a causa animal, assim como as pessoas afetadas com o Eixo-Norte, solidarizando-se assim com eles.----
Uma das outras razões para estar aqui hoje esta noite, prende-se pelo facto de ter feito acusações graves na última Assembleia, tendo havido por parte de vários deputados, a exigência que se soubesse o que se passava, e gostaria de saber o que é que foi feito, no sentido de tomar conhecimento, porque o espaço tem sido visitado regularmente por veículos da Câmara Municipal de Loulé, nos últimos tempos, após a sua ultima intervenção aqui nesta Assembleia. No dia seguinte um veículo da Câmara Municipal de Loulé acedeu ao espaço, averiguou, viu foi embora, as gruas estavam a trabalhar e continuaram. Foram aplicadas mais 3 lages, o veículo parou na estrada, foi-se embora não fez nada e quando já faltava um bocadinho para acabar o edifício. Questionou porque razão o regulamento municipal não foi respeitado e se o veículo que lá se deslocou, porque é que de imediato não embargou a obra, sendo a sua preocupação o crescimento da empresa, porque é isso que o afeta.----------

Comentou o facto de na ultima reunião da Assembleia Municipal, saiu da mesma incomodado e por isso impunha-se que viesse cá hoje, igualmente mantém palavra por palavra do que tinha dito, os pressupostos são os mesmos, não se alterou nada, mas por outro lado, admite perfeitamente que se excedeu, num ponto em que hoje não o faria; nomeadamente aquando da intervenção da Dra. Heloísa Madeira, reconhece ter-se excedido, na forma e no timing. Pediu desculpas à Assembleia, as suas desculpas à Dra. Heloísa Madeira.----------

De seguida usou da palavra o **cidadão Tiago Grosso**, que abordou a questão da desertificação do interior, questionando o que tem feito o Executivo até hoje, para promover a fixação de pessoas no interior, uma vez que o interior tem sofrido perda de população, e nomeadamente a nível habitacional, continuar a ser-se inflexível, existindo uma lei que impede de haver novas habitações.--------
Questionou se os passes sociais para o transporte rodoviário, já foram postos em prática e se o Executivo tem a informação sobre os efeitos que surtiram essa medida e se consideram que houve maia afluência de, público e se consideram que essa medida por si só é suficiente para promover a mobilidade. Um Executivo que defende a descarborização e que é amigo do meio ambiente, depois em relação à mobilidade não existe assim tanta oferta.----------

Interveio o **cidadão João Silvestre**, abordando a questão da Unidade de Execução, referindo que esta nova proposta, não reflete as preocupações dos proprietários, tem solicitado à Assembleia Municipal esclarecimentos sobre o Relatório de Ponderação e sobre a falta de documentação relativa a todo o processo administrativo e sobre o Relatório das avaliações dos terrenos, tendo apenas no dia 3 de Dezembro, obtido resposta. Crê que apenas lhe foi entregue a ele tal documento, porque todos os outros proprietários, não tiveram acesso a esse Relatório. Verifica-se que os terrenos foram subavaliados, tendo sido considerados pelo avaliador que os terrenos iriam ser expropriados, foi aplicado o Código das Expropriações, para o cálculo dos valores dos terrenos, mas esquecendo-se de aplicar o ponto n.º do art.º 26.º, que refere que "o valor dos terrenos é dado pelas Finanças", em que se deve tentar junto das Finanças, saber o valor dos terrenos e igualmente o art.º 29.º, referente às expropriações parciais.----------
Face ao exposto, solicita a esta Assembleia Municipal, que declare nula toda esta Unidade de Execução, uma vez que a mesma, assenta sobre falsos pressupostos.
Mencionou ainda que ouve-se falar que se iria fazer esta via e que também já estava em concurso a Circular Norte e questiona, se fará sentido no momento em que estamos agora, que se está a combater as alterações climáticas, que

tenhamos 2 vias que concorrem uma com a outra? Desperdiçando assim recursos e aumentando a pegada carbónica?----------

O que tem sido feito com esta Unidade de Execução, tem sido uma "ditadura", uma "imposição", porque os proprietários, nunca foram chamados para desenhar aquilo que vai ser feito nos próprios terrenos, estando-se assim a privar as pessoas, dos direitos, liberdades e garantias da nossa Constituição.----------

---

Por fim usou da palavra a **cidadã Helena Baião**, que referiu que a questão que a trazia aqui hoje, prendia-se com as duas primeiras intervenções aqui desta noite, que se manifestaram satisfeitos por poder assistir a esta Assembleia.----------

Referiu a questão da sinalética de obras neste concelho, é deficitária e absolutamente insuportável, referindo 2 exemplos, nomeadamente as obras que decorrem na Avenida José da Costa Mealha, exemplificando com o caso de um buraco enorme, em que torceu a Jante do seu carro, lá dentro e que posteriormente reportou o caso à autarquia, e que neste momento o referido buraco já está tapado, bem como em Almancil, concretamente na estrade de Vale do Lobo.----------

---

O senhor **Presidente da Assembleia**, referiu que as questões colocadas diretamente à Assembleia Municipal, são remetidas ao Executivo, para que seja dada resposta ao cidadão que fez o Requerimento.----------

Em relação à questão da competência da Assembleia, quanto às Unidades de Execução, esclareceu a aprovação das mesmas não é da competência deste Orgão Autárquico de acordo com a legislação em vigor, embora reconheça uma importância semelhante aos planos de pormenor, como instrumentos de planeamento do território..----------

---

Para os esclarecimentos às questões colocadas, aos cidadãos que fizeram as suas intervenções, foi cedida a palavra ao Executivo.----------

---

Usou da palavra o senhor **Vice-Presidente, Pedro Pimpão**, referindo que o senhor Presidente da Câmara Municipal não pôde estar hoje presente, por estar num conjunto de reuniões extremamente importante para o Município.----------

Relativamente às intervenções dos cidadãos João Monteiro e Eduardo Ferreira, disse ter sido incansável da parte do senhor Presidente da Câmara Municipal, encontrar uma solução que consiga congregar tudo aquilo que são as situações da mobilidade para os cidadãos com mobilidade reduzida e na parte do acesso à Assembleia Municipal e aos edifícios públicos e a todos os serviços municipais.----

Em relação ao edifício das Finanças de Loulé, o que a Câmara pode chamar é a

atenção e a sensibilização, apenas porque não é competência ainda da Câmara Municipal, a intervenção na Repartição das Finanças de Loulé.----------

Em relação à intervenção do cidadão Tiago Grosso, sobre a questão dos transportes, é uma matéria que está delegada na Empresa Loulé Concelho Global.- Teceu ainda algumas considerações sobre os transportes escolares gratuitos para crianças que vivem a mais de 4 km das escolas e sobre a criação do circuito da mobilidade urbana em Almancil e também sobre o circuito dos autocarros para o interior do concelho e sobre o transporte flexível.----------

---

Foi cedida a palavra à senhora **Vereadora Heloísa Madeira,** que em relação ao cidadão José Neves, começou por dizer que desculpas aceites e explicou o que se passou concretamente em relação à obra, para a qual tinha assinado o despacho para o embargo da mesma. Referiu que quando houver conclusões, relativa ao processo de averiguações, das denuncias que produziu, relativamente às atuações dos serviços da Câmara, vão as mesmas ser comunicadas ao senhor como denunciante e aos membros desta Assembleia. O despacho do embargo, não resolve o assunto por definitivo a situação.----------

Em relação às questões colocadas pelo cidadão João Silvestre, sobre a Unidade de Execução, a Câmara fez chegar ao senhor Presidente da Assembleia Municipal, de uma forma detalhada, a todas as questões que foram colocadas. Essa informação foi transmitida ao senhor João Silvestre, bem como a todos os outros proprietários.----------

Esclareceu que a Unidade de Execução, não é uma Via, não é uma Circular é uma nova frente urbana, que se abre nesta cidade e que só assim é possível abrir. Não é uma estrada, é uma Via Urbana com características completamente diferentes da Circular, pois tratam-se de coisas diferentes. Uma Circular não permite a construção, isto sim, cria infraestruturas, vai ser possível enterrar as linhas de média e alta tensão, sendo esses custos partilhados pela Câmara e pela EDP. Só assim com a Unidade de Execução se conseguem levar a cabo.----------

---

Em seguida usou da palavra o senhor **Vereador Abílio Sousa**, para responder às questões colocadas, nomeadamente pelo cidadão Tiago Grosso, aquando da criação de uma Comissão para o Acompanhamento e Desenvolvimento do Interior, no entanto à data de hoje, essa Comissão ainda não foi criada e este Executivo criou um Gabinete de Apoio às Freguesias, com o objetivo de apoiar mais as do interior. Mais disse que este Executivo está a trabalhar de uma forma árdua e até 2020 será criado um projeto que irá dar cobertura a toda a área do interior terá cobertura móvel.----------

Existem vários projetos, alguns deles já em execução, como a requalificação de várias vias que dão acesso ao interior, 2 candidaturas para o Parque de

Caravanismo e uma candidatura ao Mercado do Gado, assim como a aquisição de moradias, algumas delas em ruínas, para poder potencializar a fixação de jovens, com renda acessível, assim como lançados projetos para a execução da obra em 2020, no abastecimento de águia e esgotos para algumas zonas do interior, nomeadamente na freguesia de Alte e Salir. Teceu algumas considerações sobre algumas obras de esgotos no interior a lançar para o ano de 2020.----------

Referiu a abertura de uma sala do pré-escolar em Alte.----------

Fez referencia ao Geoparque, que será uma forma de trazer atração económica para o interior, e também a continuação da manutenção que era feita no passado e que se continua a manter.----------

Em relação à intervenção da cidadã Helena Baião, referiu que normalmente todas as obras têm um Plano de Segurança que é aprovado, sendo impossível poder garantir a fiscalização de minuto a minuto em todas as obras, uma vez que em todo o concelho estão a decorrer 130 obras. Todas as obras são sinalizadas através de baias e sinais que colocam, que por vezes poderão não estar no lugar certo, contudo sabendo que existe aqui uma obra a decorrer, só se poderia circular com segurança se se interrompesse o trânsito na Avenida, o que seria impossível, sabemos que uma obra trás sempre incómodos, e quem circula tem que circular com bastante cuidado.----------

Sobre a Estrada de Vale do Lobo, disse que neste momento estão a proceder ao levantamento das tampas.----------

Ainda sobre a jante torcida do carro da cidadã Helena Baião, que sofreu na sequencia da obra na Avenida José da Costa Mealha, a situação será reportada à seguradora a responsabilidade da Câmara ou da Empresa será os custos suportados pela mesma.----------

---

Terminadas todas as intervenções sobre este ponto e dando continuidade aos trabalhos, passou-se ao ponto seguinte da Ordem de Trabalhos:----------

---

2- Aprovação de Atas;----------

Neste ponto, foi apresentada para aprovação uma única Ata.----------

A Ata n.º 11/2019 (Sessão Extraordinária de 6 de Setembro de 2019), foi **aprovada por unanimidade.**----------

---

O senhor **Presidente da Assembleia**, esclareceu os presentes, pelo motivo que as Atas estão atrasadas, que se prende com o facto das mesmas serem extensas, muitas vezes o som não é muito percetível e daí levar mais tempo para se fazer a transcrição das mesmas, uma vez que tem que haver uma atenção redobrada, na audição, mas que futuramente, com o material mais adequado, será mais rápido e

as mesmas deverão ser elaboradas mais resumidamente.----------

---

Passou-se ao ponto seguinte:----------

3-Informação sobre Expediente e Requerimentos;----------

Neste ponto, o Senhor **Presidente da Assembleia**, informou que no próximo dia 17, haverá uma sessão da Assembleia Intermunicipal, que envolve os 16 municípios, havendo 6 representantes desta Assembleia na referida sessão. Esta sessão será a da aprovação do Orçamento e do Plano de Atividades. Informou que foi eleito para o Conselho da Comunidade Intermunicipal, o Presidente da Câmara Municipal de Olhão, que substitui o Presidente da Câmara Municipal de Tavira, que passou a integrar o novo Governo.----------

Referiu ainda que deu entrada para discussão na Assembleia Intermunicipal, 3 Moções, uma delas do BE, sobre "Dessalinização da água", 2 da CDU, sobre a "Criação das Regiões Administrativas" e sobre a "Abolição das Portagens na Via do Infante".----------

Disse ainda que os 16 Presidentes das Assembleias Municipais do Algarve, reúnem-se de 2 em 2 meses, e na ultima reunião ocorrida em S.Brás de Alportel, o tema foi a "Necessidade de um Novo Hospital Central no Algarve", foi esta questão abordada com a concordância de todos, e para lançar uma petição online, para ser entregue na Assembleia da República, para que a matéria do novo Hospital Central, seja obrigatoriamente discutida na Assembleia da República----

Falou ainda sobre o Congresso da ANMP, em que este Município foi representado a nível da Câmara Municipal, pela senhora Vereadora Heloísa Madeira, pela Assembleia Municipal, representada pela senhora 1ª Secretária, Rosana Durão e as Juntas de Freguesia, representadas pelo Presidente da Junta de Freguesia de Boliqueime, Nelson Brazão.----------

---

Dando continuidade aos trabalhos, passou-se ao ponto seguinte:----------

---

4-Período de Antes da Ordem do Dia;----------

Pediu a palavra o Senhor **Deputado Mário Botelho (PSD)**, começando por endereçar votos de um Santo Natal e Feliz Ano Novo a todos os presentes.-------

Referiu que no seguimento da intervenção do senhor Presidente da Assembleia Municipal, relativamente à descentralização das Assembleias, sugeriu que a próxima Assembleia, pudesse ser realizada em Quarteira, sendo aquela que tem mais população a seguir a Loulé.----------

O PSD subscreve a ideia de que o Ensino Superior pudesse vir para a cidade de Loulé.----------

Falou sobre a possibilidade deste Executivo, poder isentar a ocupação dos espaços públicos, nos períodos entre Outubro e Abril de cada ano, por forma a incentivar a economia, restaurantes e bares e criar uma maior oferta pública, não só no interior, porque ai a população é diminuta. Abordou também a questão dos transportes públicos, deixou à consideração do executivo, a isenção até aos 16 anos, limite da idade escolar os passes para ao alunos e também ás pessoas maiores de 60 anos a isenção da tarifa dos transportes públicos.----------

Referiu que o executivo deveria zelar mais para os interesses dos munícipes, quando referiu o senhor Vereador Abílio, que eram os munícipes que deveriam ter mais cuidado aquando da realização de obras na Via Pública, não fazendo jus a que este Executivo zela no interesses dos munícipes.----------

---

Usou da palavra o senhor **Deputado Carlos Costa (PS)**, que desejou igualmente Votos de Boas Festas a todos os presentes.----------

Congratulou o município que em colaboração com a Empresa Loulé Global e com as Associações de Comerciantes, definiu que neste período de Festas, os transportes públicos urbanos em Quarteira e Loulé, serem isentos de pagamento nesta quadra natalícia, e apelou à utilização dos transportes urbanos, devendo ser dado o exemplo.----------

Congratulou-se com a medida importante, tomada da redução do IMI, a Norte da 125, no interior, decisão essa tomada na ultima sessão.----------

Colocou a questão do atraso nas obras, sendo que o Executivo tem dificuldade em executar obras, pois as empresas foram apanhadas num período muito difícil nos últimos anos e não concorrem às obras, os concursos têm ficado desertos, obrigando as entidades a aumentar a base de licitação.----------

Referiu ainda que do ponto de vista das obras municipais, há sempre situações a corrigir, nomeadamente a necessidade da sinalética permanente atenuar alguns efeitos negativos das obras. Teceu algumas considerações em relação à Circular, que levanta problemas, uma vez que tem a ver com a propriedade privada, mas que existe a necessidade da mesma ser feita.----------

---

O Senhor **Deputado Rogério Rochinha (BE)**, Também desejou a todos votos de Boas Festas. Colocou uma questão em relação à Estrada de Vale do Lobo, se já existe uma previsão para a conclusão dessa obra.----------

Em relação à questão colocada pelo cidadão José Neves, questionou, se os funcionários camarários quando se dirigiram ao local naquela manhã ao edifício, não poderiam logo ter ido acompanhados da GNR e ter-se evitado a construção

de mais 3 lages, uma vez que já havia uma denuncia de um crime de desobediência.----------

Questionou o Executivo em relação ao interior, sobre o que pensa a Câmara fazer, sobre a questão da colocação de amplificadores de sinal de rede móvel.----

Em relação à questão da sinalização, da Ponte da Tôr que atravessa a Quinta da Ombria e que continuava até ao Porto Nobre, era pública, sendo alterado o seu traçado por força das obras do empreendimento da Quinta da Ombria e que neste momento está bloqueada a sua passagem, assim como a passagem para o novo caminho da ponte nova, que faz a ligação até à rotunda da estrada da Tôr e Querença não permitindo a continuidade do trânsito.----------

A iluminação do empreendimento está ligada à rede de iluminação pública e que a água da ribeira está a ser desviada para o empreendimento, prejudicando as restantes atividades agrícolas.----------

Falou ainda sobre o Canil "O refúgio da Cabanita", estando para ser assinado um protocolo entre o Canil e a ASMAL, onde os seus utentes já interagiram com os cães existentes lá. Lembrou ainda que aquele terreno, quando foi comprado, o atual proprietário, já lá tinha uma construção em alvenaria, que era a casa de habitação da anterior zona. Essa edificação, estava a ser utilizada como gatil até à construção do gatil, que estava a ser feita em madeira. Questionou, quando a própria Câmara, está a precisar que na Revisão do PDM, se arranje um terreno para fazer um novo Canil Municipal.----------

---

Depois usou da palavra o Senhor **Deputado Abel Matinhos (PS)**, referindo que, uma vez que já foi realizada uma reunião da Assembleia Municipal em Quarteira e em Boliqueime, neste mandato, sugeriu que a próxima Assembleia Municipal descentralizada, seja em Almancil, tendo em conta o seu dinamismo económico, população e o seu investimento significativo por parte do Executivo.----------

Teceu algumas considerações sobre o Plano de Adaptação às Alterações Climáticas, nomeadamente sobre medidas implementadas e a implementar nas praias e no território, para a subida do nível médio do mar nas zonas costeiras.---

---

O Senhor **Deputado Fernando Santos (Independente)**, referiu que já tinha questionado no Orçamento para 2020, a falta de habitação para Quarteira, o que na altura foi respondido que há 2 anos atrás esse assunto não estava na Ordem do Dia, o que considera uma falsidade.----------

Congratulou o Executivo pelo equilíbrio que teve nas iluminações de Natal, na totalidade do concelho.----------

Solicitou que lhe fosse enviado o Requerimento que tinha apresentado na última Assembleia Municipal, devidamente datado, para que possa fazer a contagem do tempo que deu ao Executivo.----------

---

Usou da palavra o Senhor **Deputado António Farrajota (CDS)**, que disse ter ficado impressionado com a visita que recentemente fez ao Canil Refúgio da Cabanita, ficando impressionado com o asseio, a organização e a preocupação ambiental que ali existe, sendo uma pena que esta valência ter decorrido da forma que decorreu. O Gatil, atualmente com 60 gatos, é hoje o que era antigamente a casa de habitação dotada de aquecimento para os mesmos, bem como as instalações sanitárias onde podem tomar banho. Atualmente existem 80 cães e 60 gatos a viver lá. Lamenta se algum dia estas instalações tenham que vir abaixo e apelou ao Executivo se seria possível, abrir uma exceção no PDM, porque os benefícios para o concelho, são sociais e importantes e comparar aquele Canil com o existente da Câmara Municipal, dos utentes da população de Loulé, o que encontra neste Canil nada tem a ver com o Municipal, é o mesmo que comparar um hote de 5 estrelas com uma pensão de esquina. Desde que haja boa vontade, humana, tudo se consegue resolver.----------

Se o sítio onde está o Canil, é uma zona de não construção, apesar de lá ter existido e a casa lá estar. Exemplificou com o facto de ser proibido construir na Ria Formosa, mas o Aeroporto está lá, assim como é proibido construir na Reserva Agrícola Nacional (RAN) e na Reserva Ecológica Nacional, mas o Estádio Algarve está lá, e igualmente o caso do IKEA, com o numero de postos de trabalho que criou e o desenvolvimento.----------

Fez ainda referencia na sua intervenção, à Associação EXISTIR, em que a Santa Casa da Misericórdia tem dado algumas refeições, nas próprias instalações, a utentes da EXISTIR, vai acabar no final do mês, vai deixar de fornecer as refeições, questionou sobre a veracidade da mesma.----------

---

Seguidamente usou da palavra o senhor **Deputado Marco Ferreira (PS)**, que assinalou a temática das Atas antigas do Município de Loulé, fruto de um trabalho de excelência, desenvolvido pelo Departamento de História de Loulé, da Câmara Municipal de Loulé, foram classificadas como Tesouro Nacional, congratulando o município de Loulé por tal facto.----------

Outra nota que realçou, foi a data de 7 de Dezembro, assinalando os 95 anos do nascimento do político Mário Alberto Nobre Lopes Soares, fazendo uma breve abordagem à sua biografia e percurso político.----------

Fez alusão à ponderação na toponímia do nosso concelho, celebrar daqui a 5 anos o centenário do seu nascimento e ser atribuído o seu nome a uma artéria da cidade.----------

Terminou a intervenção, dirigindo a todos em geral, votos de Boas Festas e saúde em 2020.----------

---

Usou depois a palavra o senhor **Presidente da Junta de Freguesia de Alte (António Martins)**, desejando votos de Boas Festas aos presentes e fazendo referencia a 2 breves notas que queria deixar, tendo a primeira a ver com o pensamento centralista dos senhores Deputados, sendo que a maior parte das coisas que se discutem, tem como centralidade, Loulé, Quarteira e Almancil, onde se concentra a maioria da população e onde a localização de um Canil não é equacionado, se não há uma zona no interior que tenha espaço e onde ele possa ser instalado. Para o interior, todos os postos de trabalho contam, sendo por aí que se fixa população. Não acha razoável procurar na zona urbana de Loulé, uma localização para o Canil, quando existe todo um interior, onde uma estrutura dessas pode perfeitamente ser colocada, criar postos de trabalho e dinamizar um pouco mais a economia.----------

Deu ainda os parabéns ao Executivo, pelo projeto do Geoparque Algarvensis, onde foi apresentada uma medida e linha de atuação para o desenvolvimento do interior, que dentro de uns anos se revelará extremamente importante.----------

---

5-Moções;----------

Não existem Moções para apresentar.----------

O Senhor **Presidente da Assembleia**, colocou à consideração dos senhores Deputados Municipais, um pedido para inclusão na Ordem de Trabalhos desta Sessão Extraordinária, ficando para último ponto, uma nova alínea, a **f)- Proposta Camarária n.º 1946-2019 [DPAT]- Área de Reabilitação Urbana do Centro Histórico de Loulé- Bairros da Graça, Alto de S.Domingos e S.Francisco, Documento Final do Programa Estratégico da Operação de Reabilitação Urbana Sistemática na Área de Reabilitação Urbana do Centro Histórico de Loulé;**----------

---

Referiu o líder da Bancada do PSD, **Deputado Mário Botelho (PSD)**, que a sua bancada não tem qualquer impedimento à inclusão na Ordem de Trabalhos, desta proposta.----------

---

Da parte da Bancada do PS, também não existe qualquer impedimento à inclusão da mesma.----------

---

O Senhor **Deputado Rogério Rochinha (BE)**, sugeriu que fossem a alínea d) e a alínea f) as duas discutidas conjuntamente, por se tratarem da mesma área.------

---

Foi dada a palavra ao Executivo, para as respostas que entender sobre as questões colocadas pelos senhores Deputados.----------

O senhor **Vice-Presidente, Pedro Pimpão**, que respondendo á questão solicitada pelo senhor Deputado Mário Botelho, em relação ao ensino superior, já tendo referido que o Município de Loulé, com as intervenções que está a fazer ao nível da saúde, irá promover a vinda de Ensino Superior para a cidade de Loulé.---------
Teceu algumas considerações sobre os incentivos à implementação deste ensino no concelho.----------
Sobre a questão da oferta pública, da ocupação da Via Pública, daquilo que foi a redução dos 80% para as freguesias do interior, uma vez que o litoral já tem o desenvolvimento económico bastante estabilizado.----------
Os transportes públicos urbanos, foi recentemente isentado do seu pagamento as crianças até aos 12 anos, e os jovens até aos 12 anos e os idosos apenas pagam mensalmente 5 € que é o valor do passe, válido para Loulé e Quarteira.----------
Sobre a questão do atraso das obras, trata-se de uma questão económica, que tem a ver com a capacidade produtiva do país ao nível das obras, que se prende com a disponibilidade de mão de obra, que é quase inexistente, que de certa medida compromete o crescimento do país.----------
Sobre a matéria da questão das alterações climáticas, referiu que a economia tem de ir atrás do ambiente ao invés do ambiente ir atrás da economia.----------

Usou da palavra o Senhor **Vereador Carlos Carmo**, tecendo algumas considerações ao nível das alterações climáticas e que esse reconhecimento extravasa as fronteiras do concelho, do Algarve e do país. Disse ainda que já foi várias vezes aqui referido, que a Câmara Municipal de Loulé, mandou fazer um estudo e é o 2º município no nosso país, que tem um estudo, que mostra cenários a médio e a longo prazo da subida do nível médio das marés, que sobre isso, existe uma possibilidade de termos uma noção, que além dessa subida, o comportamento a ter caso se verificasse algumas dessas catástrofes que já aconteceram no nosso país e no Algarve. Consequência disso foram já alterados projetos importantíssimos, que estavam a ser desenvolvidos na cidade de Quarteira.----------
Serão implementados na próxima semana 60 DAEs, que irão abranger os próximos 3 anos, o território do Ameixial a Quarteira, de Boliqueime a Almancil e nos espaços públicos também haverão estes equipamentos.----------

Para esclarecimento de algumas questões colocadas pelos senhores Deputados, foi cedida a palavra depois à Senhora **Vereadora Heloísa Madeira**, que em relação á questão colocada pelo senhor deputado Rogério Rochinha, sobre a

questão do corte da estrada na zona da Tôr, nomeadamente na urbanização Quinta da Ombria, os serviços da Câmara Municipal, recebeu essas questões durante o dia de hoje e está-se a averiguar o que de facto se passou em concreto, e com certeza terá uma resposta por escrito. Adiantou que aquele espaço, integra as obras de urbanização, de adaptação e intervenção, previstas no projeto de obras de urbanização, aprovado no âmbito do Plano de Urbanização da Quinta da Ombria.----------

Relativamente às questões levantadas sobre a legalidade e possibilidade de legalização do "Refúgio Abrigo Animal" da Cabanita, disse que atualmente com o enquadramento legal e regulamentar, o que lá está não é legalizável. O que se poderá fazer em sede de revisão do PDM, e não é para aquele caso em particular, é encontrar soluções para estas questões, o que já foi transmitido anteriormente. Tudo isto já tinha sido transmitido, quando se fez uma apresentação sobre o REOT e os critérios que iriam nortear a revisão do PDM, falou-se sobre a possibilidade de instalação deste tipo de equipamentos, em espaços rurais, que não faziam sentido estar dentro das localidades ou dentro dos espaços urbanos. Consideramos que o espaço de um Canil, não deve ser localizado junto de espaços urbanos habitacionais, não devendo estar perto do comércio, devendo estar em espaços rurais com determinadas regras e imposições, o que neste momento a lei não permite isso. Referiu ainda que o alojamento dos voluntários, não tem o enquadramento de equipamento canil.------

Sobre a nota do senhor deputado António Farrajota, que referiu que se constrói em muitos sítios em que é proibido, disse que não, constrói-se, mas são ilegais. As construções que referiu, não é proibido lá construir, as construções que lá foram levadas a cabo, são legais e previstos em Planos aprovados por esta Assembleia Municipal, nomeadamente o Parque das Cidades e a zona do IKEA, naqueles espaços não são edificações proibidas. Foi lá prevista aquela edificabilidade e aquela construção. No Plano do Parque das Cidades também lá está previsto, um espaço para a instalação do Hospital Central do Algarve.----------

---

O Senhor **Vereador Abílio Sousa**, respondeu ao senhor Deputado Rogério Rochinha, que a estrada de Vale do Lobo, estará concluída em Maio de 2020.-----

---

Para os esclarecimentos às questões levantadas, usou da palavra a Senhora **Vereadora Ana Machado**, e respondendo à questão levantada pelo senhor Deputado António Farrajota, esclareceu que as Cantinas Sociais, são medidas de emergência social, que são acionadas em épocas de crise, e concretamente em Loulé existe a Cantina Social da Santa Casa da Misericórdia e em Quarteira, existe a Cantina Social da Fundação António Aleixo. A EXISTIR, não tem esta medida social, tem o Banco Alimentar, que no entanto a EXISTIR, porque

confeciona refeições para os seus utentes e para venda, faculta refeições a quem solicita e nesse âmbito tem ajudado a Câmara Municipal.----------

Referiu ainda que a 24/01/2017, o Governo, entendeu que a situação económica de Portugal, estava melhor, decidiu anunciar o fim das Cantinas Sociais e substituir este programa, por um programa operacional de apoio às pessoas carenciadas e que consiste na atribuição de bens alimentares às pessoas. A partir destas datas o município de Loulé, assegurou o transporte desses bens alimentares às IPS´s do concelho e que aderiram a este programa, e que destribui os alimentos às pessoas que estão referenciadas. Disse ainda que nunca faltou, nem faltará as refeições a quem mais precisa.----------

Quanto às refeições escolares e às refeições de restaurantes e entidades económicas, que produzem ou comercializam bens alimentares, a autarquia aderiu ao "Movimento Zero Desperdício" em 2014 e que desde 2014 a 2018, foram recuperadas cerca de 186.933 refeições, num total de valor económico gerado, de 356.825,00€, o que evitou cerca de 392 toneladas de CO2 e de resíduos orgânicos de 93.8 toneladas, ou seja, quer num âmbito quer noutro, a Câmara está atenta e atua.----------

---

A senhora **Vereadora Heloísa Madeira**, solicitou à Mesa, que as deliberações fossem tomadas antes das apreciações.----------

---

O senhor **Presidente da Assembleia**, informou que relativamente ao ponto extra da Ordem de Trabalhos desta sessão, a **Proposta Camarária n.º 1946-2019 [DPAT]- Área de Reabilitação Urbana do Centro Histórico de Loulé- Bairros da Graça, Alto de S.Domingos e S.Francisco, Documento Final do Programa Estratégico da Operação de Reabilitação Urbana Sistemática na Área de Reabilitação Urbana do Centro Histórico de Loulé;** será a ultima deliberação.--

---

6-Período da Ordem do Dia;----------

---

a)- Proposta 51/2019- Deliberação relativa à **Composição do Júri do Procedimento Concursal de Recrutamento para o cargo de Chefe de Gabinete de Eficiência Hídrica**, nos termos do disposto no artigo 13.º da Lei n.º 49/2012, de 29 de Agosto; [**Proposta da Câmara Municipal n.º 1500-2019**];----------

---

Pediu a palavra o senhor **Deputado Fernando Santos (Independente)**, para ser esclarecido o motivo que tendo havido a alteração da orgânica municipal no início deste ano, só agora é que este assunto merece esta atenção e questionou se vai entrar alguém de novo na Câmara Municipal para a ocupação deste cargo, ou se

está alguém a ser preparado para a ocupação do mesmo.----------

Esclareceu a **Senhora Vereadora Marilyn Zacarias**, que esta Proposta só agora vem à Assembleia Municipal, porque foi criado no ROSM este Gabinete, sendo que ficou a vaga aberta para ser agora lançado o concurso. Disse ainda que os concursos são todos públicos e neste momento não está ninguém neste Gabinete.-

Usou da palavra o Senhor **Deputado Carlos Costa (PS)**, manifestando a sua indignação em nome do Grupo Municipal do PS, pela forma "useira e vezeira" como se coloca em causa um procedimento concursal. Apelou aos senhores deputados, para serem mais coerentes com os atos e com o que a Câmara Municipal se propõe, uma vez que está de boa fé num procedimento que é importante e sobretudo com uma área que é vital.----------

O senhor **Presidente da Assembleia**, referiu que nesta Assembleia, deve imperar o respeito a ter uns pelos outros, desde que não haja ofensa, os senhores deputados devem fazer os juízos de valor que entenderem sobre as matérias em apreciação. Na relação entre órgãos, o primeiro princípio é aquele que estamos todos de boa fé, e no dia em que isso não acontecer será o primeiro a chamar atenção para tal. Referiu que quando as matérias em apreço são demasiado sensíveis, vai averiguar com a sua humilde capacidade de não jurista, se aquele ou requisito legal é preenchido ou não, não se trata de desconfiar, mas de fazermos o nosso trabalho, assentando no princípio da confiança.----------

Para esclarecer dúvidas suscitadas o senhor **Deputado Fernando Santos (Independente)**, referiu que no início do ano, aprovou-se a orgânica do município, as pessoas foram nomeadas, só sendo feita abertura de concurso de Júris em Setembro, tendo algumas pessoas presidido aos Júris sem ainda terem sido sujeitas a admissão de Júri, daí a sua questão.----------

Pediu a palavra o Senhor **Presidente da Junta De Freguesia de Quarteira (Telmo Pinto)**, referindo a importância que tem tido este problema no concelho, e questiona o Gabinete futuro, se não se conseguir aquilo que é o Cadastro das Infraestruturas do concelho e da água principalmente, esperando que tenha o mesmo capacidade e autonomia, e o problema do cadastro que nunca é resolvido.-

A proposta foi feita por voto secreto em urna;----------

a)- Proposta 51/2019- Deliberação relativa à **Composição do Júri do Procedimento Concursal de Recrutamento para o cargo de Chefe de Gabinete**

de Eficiência Hídrica, nos termos do disposto no artigo 13.º da Lei n.º 49/2012, de 29 de Agosto; [**Proposta da Câmara Municipal n.º 1500**-2019]; **foi votada** e **aprovada por maioria**, com 23 votos Sim, 2 votos Não, 9 votos Brancos e 1 voto Nulo.----------

---

b)- Proposta 52/2019- Deliberação relativa à **Participação da Câmara Municipal de Loulé na Constituição da Associação Limpeza Urbana**; [**Proposta da Câmara Municipal n.º 1558**-2019];----------

---

A apresentação da proposta foi feita pelo Senhor **Vereador Carlos Carmo**, que referiu que esta Proposta é no sentido de que o município de Loulé, possa aderir a uma Associação que foi criada recentemente por um conjunto de municípios e outras entidades denominada "Associação Limpeza Urbana" parceria para cidades inteligentes e sustentáveis. Realçou alguns dos objetivos da Associação, de índole nacional, que tem como objetivo a produção e divulgação de conhecimento nos domínios da limpeza urbana, promover a investigação, instigando as instituições de ensino e investigação, a debruçar-se sobre questões de limpeza urbana como forma de contribuir para a promoção da economia circular. Fomentar a troca de experiências e ideias entre associados, promovendo as melhores práticas no setor entre outras, e sobre as melhores práticas deste que é um problema do serviço público ao nível da limpeza urbana.----------

---

O senhor **Deputado Mário Botelho (PSD)**, teceu algumas considerações sobre a proposta, mas com uma ressalva que queria colocar á consideração do senhor vereador, nomeadamente está-se a constituir neste momento a Sociedade, já se verificando valores relativos a 2019, e questionou, se já se constituiu, já iniciou a atividade, mas sendo que agora irá associar-se, porque razão há que pagar 3000€ até ao final do ano, ou se poderia pagar-se no próximo ano, que era supostamente a quota parte relativa ao número de habitantes existentes no município.----------

---

Usou da palavra o Senhor **Deputado Carlos Costa (PS)**, que referiu que estas iniciativas são importantes na vida dos municípios, exceto a área da limpeza urbana e serviços urbanos no desempenho dessa atividade. Hoje em dia é um problema, há uma dificuldade no desempenho das empresas, nomeadamente no recrutamento de operacionais, a remuneração não é a devida e por conseguinte não conseguem um bom desempenho. Terminou dizendo que esta iniciativa é interessante, promovendo o conhecimento a uma escala maior, permitindo esclarecer parâmetros para atividades específicas, na melhoria da qualidade de vida dos nossos concidadãos.----------

---

O Senhor **Deputado Rogério Rochinha (BE)**, questionou quais os municípios que estiveram envolvidos na constituição desta Associação, quais já aderiram à mesma, uma vez que na mesma vê 2 Empresas Municipais, uma de Braga e outra de Cascais.----------

Questionou sobre o que se passa, com o contrato da Empresa de Limpeza Urbana SUMA, porque Loulé tem o problema da limpeza, em que diariamente há queixas dos munícipes.----------

---

Para os esclarecimentos que foram solicitados, foi dada a palavra ao Senhor **Vereador Carlos Carmo,** e começando pela questão colocada pelo senhor Deputado Mário Botelho, esclareceu que a questão foi formada recentemente, sendo a Câmara de Loulé, membro fundador da mesma, ainda não tendo sido paga a respetiva quota, apenas quando esta proposta for votada nesta Assembleia, passará a ser membro efetivo da mesma.----------

Respondendo ao senhor Deputado Rogério Rochinha, disse que iria verificar na documentação que tem em sua posse, quais são efetivamente os municípios.-------

São essas empresas que têm a competência da limpeza urbana do município.-------

Sobre a empresa SUMA, esclareceu que esta empresa não tem nenhum contrato em Loulé, tem a FERROVIAL e é acompanhada diariamente e quando não são cumpridos, há as penalizações devidas e que são garantidamente aplicadas.--------

---

Referiu ainda o senhor **Deputado Rogério Rochinha (BE)**, que em relação à Empresa SUMA, continua a ter dúvidas em relação aquilo que se passa com o pessoal, se estará a ser cumprido o contrato. Em relação à FERROVIAL, há de facto queixas em relação ao serviço que presta.----------

---

De seguida usou da palavra o senhor **Deputado Márcio Fernandes (PS)**, e esclarecendo o senhor Deputado Rogério Rochinha, referiu que na informação que foi fornecida, indica que a Associação Limpeza Urbana, foi constituída em Maio de 2019, com os municípios e empresas municipais de Águeda, Braga, Cascais, Estarreja, Funchal, Lagoa, Loulé, Madalena (nos Açores), Mafra, Portimão, Santarém e Viana do Castelo, está na informação que foi fornecida.----

---

Esclareceu o Senhor **Vice-Presidente, Pedro Pimpão**, que quando os municípios integram uma Associação, existe sempre uma desconfiança, mas quando existe um conjunto de municípios que se juntam para fundar uma Associação, por norma essa desconfiança não tem lugar, porque confiamos uns nos outros. Estas Associações são importantes, para assegurar a parte ambiental e a questão da limpeza associada ao espaço público.----------

---

Passou-se à votação;----------

---

b)- Proposta 52/2019- Deliberação relativa à **Participação da Câmara Municipal de Loulé na Constituição da Associação Limpeza Urbana; [Proposta da Câmara Municipal n.º 1558-2019]; foi votada e aprovada por maioria**, com 1 abstenção do senhor Deputado Rogério Rochinha (BE).----------

---

Passou-se à alínea seguinte;----------

---

c)- Proposta 53/2019- Deliberação relativa à **Proposta de Estabelecimento de Medidas Preventivas no âmbito do Processo de Revisão do Plano Diretor Municipal de Loulé (PDM)**, nos termos do n.º 1 do artigo 137.º do RJIGT; **[Proposta da Câmara Municipal n.º 1705-2019]**;----------

---

Esta Proposta foi apresentada pela senhora **Vereadora Heloísa Madeira**, que referiu que esta Proposta tem uma importância muito relevante para o concelho e para a cidade de Quarteira. A Área de Intervenção, esta é a 2ª proposta de Estabelecimento de Medidas Preventivas no âmbito do PDM, para a freguesia de Quarteira. Esta zona de 1,3 hectares, é muito pressionada do ponto de vista edificatório, sendo a única área com descompressão nesta frente de mar. Os objetivos desta proposta, são evitar a alteração das circunstâncias e das condições existentes, que possam limitar a liberdade de planeamento e comprometer o processo de Revisão do PDM em curso para esta área.----------

Teceu ainda algumas considerações sobre esta Revisão, nomeadamente sobre a área em causa. Com estas medidas, pretende-se a qualificação urbanística e a sustentabilidade ambiental no sentido de permitir a fruição para as populações e contribuir para a firmação de Quarteira, como uma cidade sustentável e ambientalmente adequada.----------

Fez referencia aos artigos 14.º e 16.º, a suspender do PDM, que são os que preveem os índices 0,7% que estavam referidos, atendendo ao regime do uso do solo previsto para aquela área.----------

Esta é a única área na cidade de Quarteira, a sul da Avenida Francisco Sá Carneiro, a zona mais densificada e com uma localização estratégica, inserida em solo urbano e que não está ocupado ainda por edificações. A localização e dimensão central e estratégica desta área no contexto na cidade de Quarteira, é fundamental, para assegurar áreas de descompressão urbanísticas, que possam ser integradas numa estrutura ecológica municipal, com o objetivo de garantir o equilíbrio harmonioso entre o edificado consolidado e as áreas vocacionadas para o espaço público.----------

O que se pretende com estas Medias é suspender aqueles artigos e interditar naquela área, operações de loteamento e obras de urbanização, de construção, ampliação, de alteração e de reconstrução com a exceção das que sejam isentas de controle prévio, caso de pinturas e trabalhos de remodelação de solos.---------
O Prazo para a vigência destas Medidas Preventivas é de 2 anos, que poderá ser prorrogável por mais um, ou até à entrada em vigor da Revisão do PDM.----------
Houve um parecer favorável da CCDR Algarve, pela coragem que estas Medidas, representam para o planeamento do concelho de Loulé.----------
A Câmara Municipal no passado dia 30 de Outubro de 2019, deliberou por maioria a Proposta de Estabelecimento destas Medias Preventivas e a subsequente suspensão do PDM em vigor e propor à Assembleia Municipal a aprovação da citada proposta.----------
---

Informou o senhor **Presidente da Assembleia Municipal** que a Comissão especializada de Ordenamento do Território, presidida pelo senhor Deputado Hugo Nunes, e por representantes de todos os Grupos Políticos teve ao longo dos tempos tido reuniões do qual foi elaborado um Relatório, e que de imediato foi dada a palavra ao relator, o deputado substituto para o representar na qualidade de relator.----------
---

Foi cedida de imediato a palavra ao senhor **Deputado Rogério Rochinha (BE)**, na qualidade de relator, e que fez a leitura do mesmo. Referiu que os membros da Comissão em causa, cumpre todas as regras legais do planeamento em vigor. A proposta reúne as condições necessárias para ser deliberada pela Assembleia Municipal. Na qualidade de relator, considera que a proposta em causa, reúne as condições necessárias e merece todo o apoio, para ser deliberada pela Assembleia Municipal. Fez ainda referência ao parágrafo 6, que é uma Recomendação; "A Comissão Especializada do Ordenamento do Território da Assembleia Municipal de Loulé, delibera por unanimidade, propor à Assembleia Municipal de Loulé, recomendar à Câmara Municipal, a aquisição do terreno abrangido nas referidas Medidas Preventivas.----------
---

O senhor **Deputado Fernando Santos (Independente)**, disse estar de acordo com as medidas propostas e questionou como é que a Câmara Municipal pode adquirir este terreno.----------
---

Posteriormente interveio o senhor **Deputado Seruca Emídio (PSD)**, referindo que iria fazer um breve historial desta Proposta, uma vez que fazem falta na apresentação deste processo alguns elementos que considera importantes. Refere que a Câmara será obrigada a negociar e considera ser de todo o

interesse, até para os cofres da Câmara, porque daqui a 10 ou 15 anos a responsabilidade dos pagamentos vai ser feita por os outros Executivos que vieram depois.----------

---

O senhor **Deputado Abel Matinhos (PS)**, teceu algumas considerações sobre esta proposta e que a mesma vinda da Câmara Municipal faz todo o sentido.-------

---

Usou da palavra o senhor **Deputado Mário Botelho (PSD)**, fez algumas recomendações em relação a esta matéria.----------

Disse que o Grupo Municipal do PSD, irá votar contra esta matéria e consequentemente iria apresentar uma Declaração de Voto.----------

---

Em seguida usou da palavra o senhor **Deputado Hugo Nunes (PS)**, referindo que esta Proposta é uma necessidade de tratar o nosso presente e garantir o futuro e que estas Propostas, para aquele espaço terão que aguardar um novo Plano Diretor Municipal (PDM), que consubstancie uma estratégia para aquele espaço, ou então 3 anos e isso não toca na propriedade privada.----------

Questionou a senhora Vereadora, se de facto o instrumento que organizava a propriedade daquele território, foi extinto e que hoje é parte da "massa falida" ou é o ativo de uma outra entidade qualquer. Se assim é o município, já tomou alguma medida, para tentar adquirir ou a aquisição do terreno.----------

---

Esclareceu a senhora **Vereadora Heloísa Madeira**, que tanto quanto a Câmara Municipal tem conhecimento e dos documentos que tem em sua posse, estes imóveis, estão na área de gestão do administrador da insolvência, é um fundo imobiliário que entrou em insolvência já algum tempo. Estas Medidas Preventivas, pretendem evitar que ali surja algo que não se considere adequado para aquele território. E que 98% dos terrenos na zona abrangida estão na posse do administrador da insolvência e uma pequena parte propriedade da Câmara Municipal de Loulé e uns bocados pequenos, propriedade de outro proprietário.---

---

O senhor **Deputado Rogério Rochinha (BE)**, disse que nunca houve nenhum projeto, nem sequer nenhum ante-projeto para ali ser realizado.----------

---

O senhor **Deputado Fábio Nobre (PS)**, referiu que a decretação destas Medidas Preventivas de modo a impedir erros como aqueles cometidos no passado.---------

---

Foi referido pelo senhor **Presidente da Assembleia Municipal**, que se está a falar de Medidas Preventivas e não de alteração ao PDM.----------

---

O senhor **Presidente da Junta de Freguesia de Alte (António Martins)**, teceu algumas considerações em relação ao ambiente e à economia, não devendo cada proprietário pensar a penas no seu bem estar pessoal em vez de pensar no bem público.----------

Referiu o senhor **Deputado Mário Botelho (PSD)**, que uma vez que se está a tratar de uma questão que se prende com a delimitação de parte do território, e que em relação aquela área, o que se observa, é que o Executivo não tem conhecimento ainda do que quer para aquela área. Vão ser frustrados os interesses dos proprietários que lá têm expetativas de construção.----------
Não há nenhum investidor que terá intenção de nos próximos anos de investir no município de Loulé.----------

O senhor **Deputado Hugo Nunes (PS)**, disse existir aqui uma grande confusão entre direitos e interesses, porque os direitos constituídos, não são em nada afetados por esta Proposta de Medidas Preventivas.----------
Há que garantir que o que lá vai surgir para aquela área, preserve o interesse do concelho, da cidade e daquele espaço e é por isso que o Grupo Municipal do PS, vai votar a favor destas Medidas Preventivas.----------

O senhor **Deputado Rogério Rochinha (BE)**, referiu que foi deliberado por unanimidade, recomendar à Câmara, a compra do terreno e questionou com que pressupostos é que se votou esta Proposta por unanimidade.----------

Para as considerações finais, esclareceu a senhora **Vereadora Heloísa Madeira**, que no fundo o que pretende aqui reiterar é o conceito das Medidas Preventivas e citou; "...Podem ser estabelecidas Medidas Preventivas destinadas a evitar, a alteração das circunstâncias e das condições de facto, existentes que possam limitar a liberdade de planeamento, ou comprometer ou tornar mais onerosa a execução de um Plano de âmbito Municipal." O que quer dizer que estas Medidas, vão permitir, que para executar um plano e uma estratégia, que se pretende no âmbito da Revisão do PDM, não se torne oneroso implementar essa perspetiva, ou seja prevenir, e não será com certeza o que lá está!----------

A proposta foi colocada à votação;----------

c)- Proposta 53/2019- Deliberação relativa à **Proposta de Estabelecimento de Medidas Preventivas no âmbito do Processo de Revisão do Plano Diretor Municipal de Loulé (PDM)**, nos termos do n.º 1 do artigo 137.º do RJIGT; **[Proposta da Câmara Municipal n.º 1705-2019]; foi votada e aprovada por**

maioria, com 23 votos a favor (22 PS e 1 BE), 11 votos contra (9 do PSD, Seruca Emídio, Mário Botelho, Maria José Vasques, Ricardo Lampreia, Duarte Duarte, Ana Francisca Sousa, Cláudio Lima, Deodato João (Presidente da Junta de Freguesia de Salir), Margarida Correia (Presidente da União das Freguesias de Querença/Tôr/Benafim), 1 do CDS, António Farrajota, 1 do Independente, Fernando Santos e 1 abstenção do Presidente da Assembleia Municipal, Adriano Pimpão.----------

O senhor **Deputado Mário Botelho (PSD)**, apresentou uma Declaração de Voto (o documento fará parte integrante da Ata).----------

O senhor **Deputado Fernando Santos (Independente)**, apresentou igualmente uma Declaração de Voto (o documento fará parte integrante da Ata).----------

Não tendo sido esgotada a Ordem de Trabalhos desta sessão, foi convocada nova sessão extraordinária, pelo senhor Presidente da Assembleia Municipal, para o início do mês de Janeiro.----------

Não havendo mais intervenções, o Senhor **Presidente da Assembleia**, deu por terminada a sessão, e nada maia havendo a registar, foi lavrada a presente Ata, que depois de discutida e aprovada será assinada nos termos legais e regimentais.----------

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA_____
A 1ª SECRETÁRIA_____
A 2ª SECRETÁRIA_____

Declaração de Voto

Considerando que os documentos e as explicações feitas a contraditar, levam-me a alterar a minha opinião inicial, pelo que voto contra a deliberação.

Fernando Santos

Entregue na sessão de 13/12/19 a propósito da Proposta 53/2019

PSD
PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULE

DECLARAÇÃO DE VOTO

Entregue na sessão de 13/12/19

Ex.mo Sr. Presidente

da Assembleia da Municipal de Loulé

O Grupo municipal do PSD vem pelo presente meio, apresentar a sua DECLARAÇÃO DE VOTO relativa à **Proposta 53/2019 – Deliberativa,** proposta pela Camara Municipal de Loulé, apresentada nesta Assembleia na sessão do dia 13 de dezembro de 2019, que faz nos termos e com os fundamentos seguintes:

A Proposta de Estabelecimento de Medidas preventivas e suspensão do PDM em vigor na cidade de Quarteira, concretamente na zona onde se realiza o tradicional mercado da fruta, proposta pelo executivo camarário, não colhe a anuência deste grupo parlamentar.

O que caracteriza as democracias é reconhecerem o direito de propriedade, considerado como um direito fundamental, só sendo admitidas requisições e expropriações forçadas em caso de utilidade pública dos bens e mediante justa indemnização. É precisamente o que faz o art.º 62.º da nossa Constituição

Já o que caracteriza as ditaduras é, pelo contrário, o desprezo com que encaram o direito de propriedade e a maneira como o colocam facilmente ao serviço do poder político.

Lamentavelmente, nos últimos meses, no Município de Loulé, temos assistido ao maior ataque à propriedade privada, desde o PREC, e só pode ser compreendido atendendo á génese política da composição deste executivo municipal.

No caso em apreço, embora aparentemente a proposta camarária tenha respaldo normativo, e legalmente apresente decorrer em conformidade com a lei, tal como dispõe o n.º 1 do artigo 126.º do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT), onde nos indica que ***"A suspensão, total ou parcial, de planos ... municipais, é determinada...*** e ainda na alínea b) do n.º 1 do artigo 126.º do mesmo normativo, ***"No caso de suspensão de planos municipais, ... Quando se verifiquem circunstâncias excecionais resultantes de alteração significativa das perspetivas de desenvolvimento económico e social local, ou de situações de fragilidade ambiental incompatíveis com a concretização das opções estabelecidas no plano",*** e ainda no n.º 7 do art.º 126.º do RJIGT, que nos indica que a ***"A suspensão prevista na alínea b) do n.º 1, implica***

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

DECLARAÇÃO DE VOTO

Ex.mo Sr. Presidente

da Assembleia Municipal de Loulé

O Grupo municipal do PSD vem pela presente nota, apresentar a sua DECLARAÇÃO DE VOTO relativa à Proposta 33/2019 – Deliberativa, proposta pela Câmara Municipal de Loulé, aprovaçãda nesta Assembleia na sessão de dia 13 de dezembro de 2019, que lá nos temos e com os fundamentos seguintes:

A Proposta de Estabelecimento de Medidas preventivas e suspensão de PDM em vigor na cidade de Quarteira, concretamente na zona onde se realiza o Emblema marcado da feira, proposta pela executiva camarária, não colhe a anuência deste grupo parlamentar.

O que concordamos em demasia é relativamente o direito de propriedade, considerando como um direito fundamental, só sendo admitidas restrições a expropriações forçadas em caso de utilidade pública dos bens e mediante justa indemnização. É precisamente o que faz o art.º 62.º da Nossa Constituição.

Mas o que concretiza as dúvidas é, pelo contrário, o desprezo com que ofendem o direito de propriedade e a maneira como o colocam facilmente ao serviço do poder político.

Lamentavelmente, nos últimos meses, no Município de Loulé, temos assistido ao maior ataque à propriedade privada, desde o PREC, e só pode ser comparável ao ataque à gênese política da congénito desta executivo municipal.

No caso em apreço, embora sensivelmente a proposta cumpra todo requisito normativo, a legislação aplicável deverá ser conformada com a lei, tal como dispõe o n.º 3 do artigo 120.º do Código Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (GIGT), onde nos ordena que "A suspensão, total ou parcial, de planos ... municipais, é determinada ... e ainda na alínea b) do n.º 3 do artigo 120.º do mesmo normativo, "No caso de suspensão de planos municipais ... Quando se verifiquem circunstâncias excepcionais resultantes de alteração significativa das perspectivas de desenvolvimento económico e social local, ou de alterações da população residente a acompanhar pela autarquia, que não sejam de pequena dimensão ", e ainda no n.º 1 do art.º 120.º do GIGT, que nos diz: "1 - A suspensão prevista no artigo 91.º do n.º 2 do GIGT, implica

obrigatoriamente o estabelecimento de medidas preventivas..., o grupo municipal do PSD tem algumas reservas relativamente aos fundamentos apresentados pela proposta Municipal, e neste sentido, atendendo á responsabilidade decorrente da violação do principio da confiança vertido no n.º 4 do art.º 171.º do RJIGT, vem apresentar o seu voto de vencido, e deste modo, ficar isentos da responsabilidade que dai advenha, tal como decorre do n.º 2 do art.º 35.º do CPA.

Loulé, 13 de dezembro de 2019

Grupo Municipal do Partido Social Democrata